



CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS E METODOLÓGICAS SOBRE O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Andréia Mainardi Contri¹
Elizane Aparecida Brutti²
Ieda Márcia Donati Linck³
Marta Filipa Jorge dos Santos⁴

Resumo: Considerando a importância de discussões a cerca da língua materna, este artigo apresenta um breve histórico referente à trajetória do ensino de língua portuguesa nas escolas brasileiras. A partir de um estudo bibliográfico, buscam-se discutir algumas das abordagens que configuram sobre língua e linguagem, bem como as metodologias utilizadas e alguns apontamentos pertinentes sobre práticas exitosas no ensino da língua materna.

Palavra-chave: Língua materna. Linguagem. Processo Histórico. Ensino.

Resumen: Considerándose la importancia de las discusiones acerca de nuestro idioma, este artículo presenta una breve historia sobre la trayectoria de la enseñanza del idioma portugués en las escuelas brasileñas. A partir de un estudio bibliográfico, trata de discutir algunas ideologías que entrelazase entre la lengua y el lenguaje, las metodologías utilizadas durante los últimos debates sobre lo que se cree que sea una buena enseñanza de la lengua materna.

Palabras-clave: Lengua Materna. Lenguaje. Proceso de la Historia. Enseñanza.

Introdução

Ter o domínio da linguagem, tanto oral quanto escrita, é um dos fatores imprescindível para o exercício da cidadania. A partir do domínio da língua é que o sujeito adquire seus conhecimentos e alcança condições efetivas para se expressar, defender suas ideias, argumentar sobre pontos de vista, compartilhar posições e ser um cidadão ativo.

¹ Acadêmica do Curso de Letras Português Espanhol Parfor/Unicruz, Mestre em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal de Santa Maria. Acadêmica do Curso de Letras Português Espanhol Parfor/Unicruz. Elizane.brutti@hotmail.com

² Acadêmica do Curso de Letras Português Espanhol Parfor/Unicruz. Licenciada em Normal Superior- Anos Iniciais. Bolsista Fapergs. E-mail: deiamainardi@bol.com.br

³ Doutoranda em Linguística pela UFSM. Bolsista Capes pelo PDSE na Universidade de Aveiro - Portugal. - Mestre em Linguística – UPF. Docente da Unicruz. Coordenadora do Proenem.

⁴ Licenciada em Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico/2008 - Universidade de Aveiro- Portugal. Doutorado em Educação, Universidade de Aveiro/2015. Bolsista e participante do Projeto MIRIADI (Mutualização e e Inovação por uma Rede de Intercompreensão à Distância/UA. E-mail: martasantos@ua.pt



O ser humano é falado antes de nascer, comunica-se de formas diversas, aprende a língua materna de forma natural, considerando que faz parte de uma comunidade linguística. Nesse processo de interação, ele aprende a comunicar-se, sociabiliza-se com o seu universo linguístico, inclusive usa normas e regras da sua língua sem se dar conta. Isso também significa que ele chega ao ambiente escolar com conhecimentos gramaticais da sua língua materna, os quais estão atrelados aos conhecimentos construídos nas suas relações.

É nesse espaço que os conflitos ocorrem, pois o aluno se apresenta espontaneamente em uma conversação simples ou em suas críticas aos fatos do dia a dia e isso nem sempre é considerado pelos docentes que o recebem. De forma geral, chega à escola entusiasmado, feliz e falante; com capacidade e portador de ideias, é comunicativo, mesmo sem conhecer o gramática da língua, considerada pela escola. No entanto, é repreendido porque repete formas linguísticas proferidas do seu meio de origem, os quais não fazem parte da língua padrão, ensinada e considerada na escola. Isso o afasta do desejo de se expressar, de argumentar, de posicionar-se. Há nisso um desconhecimento, por parte do professor, entre o que é língua materna e língua padrão.

De forma mais ampla, indo além da questão linguística, Lopes e Souza (2007, p.2), fazem referência sobre a importância do conhecimento que o indivíduo traz consigo para a escola:

Educar é muito mais que reunir pessoas numa sala de aula e transmitir-lhes um conteúdo pronto. É papel do professor compreender melhor o aluno e sua realidade diária. Enfim, é acreditar nas possibilidades do ser humano, buscando seu crescimento pessoal e profissional.

É acreditando na capacidade linguística que o aluno traz, bem como na sua potencialidade, que o professor consegue fazer com que ele possa realmente interagir, e avançar, pois com alunos motivados, que sabem por que é necessário estar naquele momento na sala de aula, é que se alcançam objetivos e se exerce realmente os direitos do cidadão em ter um ensino de qualidade.

Este artigo tem como tema específico a discussão sobre o ensino da língua, com base na constituição do ensino de Língua Portuguesa e sua trajetória no Brasil. Ele resulta da importância de se discutir as condições de produção para que o ensino brasileiro se tornasse o que é hoje, o qual, em muitos casos, ainda apresenta métodos ultrapassados, que não



contribuem para tornar o sujeito aprendente um escritor de sua própria história, enquanto cidadão. Justifica-se este trabalho por acreditar que futuros profissionais devem ter um conhecimento teórico-histórico do processo de desenvolvimento da disciplina em que atuarão e principalmente a certeza de que devem buscar aprender sempre mais, sempre. O aporte teórico do trabalho tem como fonte de investigação a pesquisa bibliográfica entre vários autores que discutem este assunto, dentre os quais destacamos Freire, Bagno, Geraldi, Gadotti, Orlandi e Soares.

Resquícios do processo histórico na constituição e prática da disciplina de Língua Portuguesa

O processo de inserção da língua portuguesa ocorreu com a chegada e colonização dos portugueses em nosso país, os quais trouxeram uma língua oficial que deveria ser disseminada por todo o território aqui conquistado. Como se tratava de uma mudança de língua aqui falada e também de toda uma cultura existente, essa disseminação demorou um pouco a acontecer.

Magda Soares (2002) diz que essa língua oficial não era dominante e junto com ela coexistiam outras oriundas do Tupi e do Latim; neste se fundamentavam o ensino secundário e superior jesuítico.

Soares (2002) explica que isso ocorria por alguns motivos. Em primeiro lugar, as poucas pessoas que se escolarizavam na Colônia pertenciam à elite, que tinha o interesse de seguir o modelo educacional vigente, que se fundava na aprendizagem “do latim através do latim”.

No entanto, na década de 1750, o Marquês de Pombal tornou obrigatório o uso da língua portuguesa no Brasil, através das reformas que implantou no ensino de Portugal e suas colônias, passando a ser proibido, logo após, a Língua Tupi.

Antonio Houaiss (1985, p.91) diz que “o português, além de não ser a língua prevalente, nem existia no currículo escolar”, porém com medidas adotadas foi ganhando espaço, em virtude da chegada de muitos imigrantes da metrópole. Assim como a expulsão dos jesuítas em 1759 que contribuiu ainda mais para a difusão desta nova língua pouco conhecida por nossos habitantes nativos.

Após a independência (1822), o português falado no Brasil sofreu influências de imigrantes europeus que se instalaram no centro e sul do país. Isso explica certas modalidades de pronúncia e algumas mudanças do léxico que existem entre as regiões do Brasil, que



variam conforme o fluxo migratório que cada região recebeu; também ficou contribuições indígenas na língua hoje falada.

Assim, após a reforma, além de ler e escrever em português, o “aluno passou a estudar a gramática portuguesa, que se tornou parte integrante do currículo, ao lado da gramática latina e da retórica” (PESSANHA; DANIEL; MENEGAZZO, 2003/2004, p. 36). No início, os estudos da língua portuguesa era dividido em retórica, poética e gramática. Este, por sua vez, até fins do século XIX, manteve a gramática e a retórica como seus conteúdos de ensino e componentes curriculares. Vale lembrar que a retórica incluía também a poética.

Posteriormente, a poética despreendeu-se da retórica, tornando-se um componente curricular independente (SOARES, 2002, p. 163). Somente no final do império é que essas disciplinas se unem e nasce, então, a disciplina Português que continuava a pertencer a um número bem restrito de estudantes.

Dessa forma, a instauração da língua portuguesa não se deu em um momento só. Ela se constitui durante todo o período de colonização, entrando em relação constante com outras línguas.

Eni Orlandi, em seu artigo *A Língua Brasileira* (2005), afirma que desde o princípio da colonização, instala-se um acontecimento linguístico de grande importância no Brasil: o que constitui a língua brasileira.

De acordo com a autora, ao mesmo tempo em que aqui desembarca, a língua portuguesa, ao deslocar-se de Portugal para o país nascente – o Brasil – institui um movimento de memória, deslizamentos linguísticos por meio dos quais uma outra língua – a brasileira – faz-se presente. Tendo início, então, a constituição de um espaço de interpretação com efeitos metafóricos, com diferenças que historicizam a língua.

Dando continuidade ao processo histórico em si, é possível dizer que até os anos 1940, a língua portuguesa esteve sempre com a gramática, retórica e poética e os alunos pertencentes a essas escolas eram apenas os pertencentes à alta sociedade, à elite.

Aprender Língua Portuguesa era para poucos. Silva e Cyranka (2009) afirmam que os manuais didáticos apresentavam coletâneas de textos e bastante gramática, buscando preservar o “bom gosto literário” e o “purismo linguístico” dos letrados, com autores consagrados e modelos que deveriam ser imitados.

Em 1945, mediante reivindicações, passou a ocorrer a “redemocratização do país”, e com isso a necessidade de mais escolas, buscando um currículo facilitado do ensino primário,



ao que se procurava associar uma iniciação ao trabalho, visto que existe nesse momento a ascensão das indústrias. “Democratiza-se a escola e já não são apenas os filhos-família, os filhos da burguesia, que povoam as salas de aula, são também os filhos dos trabalhadores (SOARES, 2002, p. 166-167)”.

Conforme esclarece Soares (2001), o processo de democratização da escola, elevando a quantidade de alunos determinou também a exigência do aumento do número de professores. Nessa busca, ocorre que há o recrutamento aleatório e desenfreado de novos ensinantes, ou seja, "qualquer um poderia tornar-se professor", se assim o desejasse. Até porque é também nesse período que surgem os manuais a serem seguidos pelo professor. É nesse momento que ocorre a desvalorização da função docente, falta de formação, rebaixamento, condições péssimas de trabalho e estratégias de facilitação da sua função docente. “Uma delas é transferir ao livro didático a tarefa de preparar aulas e exercícios” (SOARES, 2002, p. 167).

Em busca de um modelo a ser seguido, o modelo de gramática normativa foi o modelo a ser seguido e considerado, o qual concebe a língua como objeto autônomo e homogêneo. Quando se é despreparado, inclusive para pensar o que se está ensinando, apenas, o sujeito apenas aplica o que lhe é indicado para ser transmitido. Assim nesse processo de colonização, usos diferentes das regras prescritas pela norma-padrão foram (e ainda são) considerados errados; e assim, a gramática passa a ser ensinada, utilizando-se de exercícios isolados para “fixação” de conteúdos. E pior, muitos ainda acreditam que com isso ensinarão o aluno a falar na forma padrão.

Dessa forma, o livro didático ganha espaço e com ele as cartilhas que retratam uma gramática descontextualizada meramente reprodutiva. Soares, (2001) diz que o ensino sobre a língua passou a ser encarado como um sistema, quer como ensino de gramática normativa, quer como leitura de textos para conhecimento e apropriação da língua padrão.

De forma geral, sendo na questão da língua ou não, sempre tivemos uma educação pensada de forma elitizada, para poucos e extremamente excludente. Muito tardiamente é que a educação é democratizada, principalmente em se tratando da questão do ensino de língua portuguesa. Gadotti, em seu livro Paulo Freire e a Educação Popular, afirma que foi apenas na década de 50 que se iniciou esta história de ideias, práticas e acontecimentos no campo da educação na América Latina: a educação popular. Como concepção da educação, a educação popular é uma das mais belas contribuições da América Latina ao pensamento pedagógico



universal. Isso se deve, em grande parte, à atuação internacional de um dos seus mais importantes representantes: Paulo Freire.

Freire, por onde passou, deixou as sementes de uma concepção popular emancipadora da educação. Essas sementes floresceram em numerosos grupos e organizações, nas últimas décadas, unindo conscientização e organização popular.

Algumas das concepções por ele evidenciadas são de que “ninguém educa ninguém, como tampouco se educa sozinho” e que “os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (Paulo Freire, 1983, p.34). Para ele esse era e ideia que faria com que a Educação seria vista como uma prática social, não puramente livresca, teórica, sem compromisso com a realidade local e com o mundo em que se vive.

Outro marco importante na educação foi à implantação da Linguística nos cursos de Letras como disciplina obrigatória, na década de 60. Com este novo posicionamento, tenta-se romper com essa mentalidade do ensino até então totalmente gramatical e descontextualizado para o reconhecimento das variedades linguísticas. Há a necessidade de se pensar a língua e forma de ensiná-la.

Como já dito, “o português é uma língua neolatina, originou-se da transformação do latim, ao longo do tempo”, CAMPEDELLI E SOUZA (1999). Assim sendo, o ensino da Língua Portuguesa, conforme a concepção Bakhtiniana, requer que sejam considerados os aspectos sociais e históricos em que o sujeito está inserido, bem como o contexto de produção do enunciado, uma vez que os seus significados são sociais e historicamente construídos.

A linguística, por sua vez, através do desenvolvimento de estudos de descrição da língua portuguesa escrita e falada, trouxe novas concepções da gramática do português, que se opõem à primazia da língua escrita no conhecimento da gramática, abrindo espaço para a criação e o reconhecimento da gramática da língua falada, antes excluída dos estudos da língua. Alguns dos principais autores que desenvolvem estudos diante desta nova concepção temos Benveniste e Mikhail Bakhtin.

O ensino de língua portuguesa na atualidade

Não há como pensar o ensino de língua portuguesa sem levarmos em conta a oralidade, a leitura e a escrita. Através da oralidade o seu humano de diferencia, se posiciona,



e se legitima. Pelo desenvolvimento da leitura e da comunicação e o aprimoramento do uso da linguagem, que o ser humano se comunica e faz trocas de experiências. “Através das trocas linguísticas, o indivíduo se certifica de seu conhecimento do mundo e dos outros homens, assim como de si mesmo, ao mesmo tempo em que participa das transformações em todos os espaços” (BORDINI E AGUIAR, 1988, p.9).

Dessa forma, tem-se, hoje, um novo olhar frente ao papel e a função da gramática da Língua Portuguesa; agora se propõe uma gramática tanto da língua escrita quanto da língua falada, “evidenciando a necessidade e conveniência de que essa gramática não se limite às estruturas fonológicas e morfossintáticas, mas chegue ao texto, considerando fenômenos que escapam ao nível da palavra e da frase” (SOARES, 2002, p. 172).

A linguagem, segundo Cereja (2003, p. 15) é o processo de interação comunicativa que se constitui pela construção de sentidos. O ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa tem por objetivo aprimorar os conhecimentos linguísticos e discursivos dos alunos, para que possam compreender os discursos que os cercam bem como de interagir com as diferentes formas de comunicação. Dessa forma, se faz necessário que a língua seja percebida como possibilidade de interação do sujeito, no meio em que está inserido. Nesse sentido, Bakhtin/Volochinov (1999, p. 66) defende que “a palavra revela-se, no momento de sua expressão, como produto de relação viva das forças sociais”.

Com isso, não se permite mais a anulação do sujeito social nos bancos escolares. De acordo com Geraldi (2004), isso acontece quando o sujeito passa a ser anulado e nasce o aluno-função, aquele que repete a linguagem da escola, que repete o seu discurso, que diz o que ela quer ouvir, mas não tem direito à palavra. Portanto, um mero reprodutor de informações. É necessário “ouvir a história contida e não contada, da grande maioria que hoje ocupa os bancos escolares da escola pública” (GERALDI, 2004, p. 131).

Concebe-se nesse momento um modelo de educação crítica funcionalista, cujo modelo de ensino de gramática pressupõe que o aluno reflita sobre as escolhas que tem à sua disposição ao formular seus enunciados, e não que memorize nomenclatura gramatical ou que se detenha em análises de enunciados fora de seu contexto de uso.

A partir do referencial apresentado, o ensino da Língua Portuguesa apresenta novas perspectivas teóricas desde a década de 1960 e 1970, décadas em que se acentuaram as discussões. Mais recentemente, para os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs):



O eixo dessa discussão no ensino fundamental centra-se, principalmente, no domínio da leitura e da escrita pelos alunos, responsável pelo fracasso escolar que se expressa com clareza nos dois funis em que se concentra a maior parte da repetência: na primeira série (ou nas duas primeiras) e na quinta série. No primeiro, pela dificuldade de alfabetizar; no segundo, por não se conseguir levar os alunos ao uso apropriado de padrões da linguagem escrita, condição primordial para que continuem a progredir (BRASIL,1998, p.17).

No entanto, se observarmos em loco o ensino nas escolas, constataremos que a concepção que a linguística textual traz em sua metodologia ainda não ocorreu efetivamente no ensino. Professores continuam arraigados no ensino gramatical tradicional. Isso também se deve a vários fatores sociais, de ordem pública e subjetiva que neste momento não será abordado.

Segundo a concepção de educação, Klein (2007) observa que para escrever uma proposta pedagógica necessita tanto de uma concepção de educação, como uma concepção de mundo. Sendo, assim primordial para a sociedade, uma reflexão metódica, científica e crítica objetivando e fundamentando seus objetos de estudo, métodos, estratégias, procedimentos. Bem como, adequá-los ao momento histórico vivenciado a fim de que ação e métodos possibilitem desenvolver os objetivos propostos.

Esta concepção de linguagem possibilita crítica às concepções de linguagem que não privilegiam, “no processo de aquisição e aprimoramento da língua materna, a história, o sujeito e o contexto, pautando-se, sobretudo, no repasse de regras e na mera nomenclatura da gramática tradicional” (PARANÁ, 2006 p.20).

A análise linguística é uma prática didática complementar às práticas de leitura, oralidade e escrita, faz parte do letramento escolar, visto que possibilita “a reflexão consciente sobre fenômenos gramaticais e textual-discursivos que perpassam os usos linguísticos, seja no momento de ler/escutar, de produzir textos ou de refletir sobre esses mesmos usos da língua” (MENDONÇA, 2006, p. 204).

Considerações finais

De acordo com os PCNs (1998), um dos objetivos para o ensino fundamental é que os alunos possam desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança



em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania.

Com base nesse objetivo, é sim dever da escola aceitar o aluno em sua particularidade, respeitar sua cultura, sua forma de expressão e comunicação. Assim como, é dever do professor ensinar aos alunos a utilizar a linguagem oral e escrita, linguagem verbal, de forma competente nas diferentes situações comunicativas.

Nos PCNs, essa ideia é apresentada da seguinte maneira:

A linguagem verbal possibilita ao homem representar a realidade física e social e, desde o momento em que é aprendida, conserva um vínculo muito estreito com o pensamento. Possibilita não só a representação e regulação do pensamento e da ação, próprios e alheios, mas, também, comunicar ideias, pensamentos e intenções de diversas naturezas e, desse modo, influenciar o outro e estabelecer relações interpessoais anteriormente inexistentes (BRASIL, 1998, p. 24).

O educador precisa saber organizar sua prática pedagógica de forma que os alunos tenham acesso à diversidade linguística que circulam na contemporaneidade, tendo responsabilidade e sensibilidade na hora de preparar suas aulas. Isso se deve muito à orientação que ele tem e ao quanto ele está disposto a se “entregar” para seus alunos. Marques afirma:

O professor que tem entusiasmo, que é otimista, que acredita nas possibilidades do aluno, é capaz de exercer uma influência benéfica na classe como um todo e em cada aluno individualmente, pois sua atitude é estimulante e provocadora de comportamentos ajustados. O clima da classe torna-se saudável, a imaginação criadora emerge espontaneamente e atitudes construtivas tornam-se atômica do comportamento da aula como grupo (1977, p.61).

Nesse sentido, o professor exerce um duplo papel: ou exerce sua prática pedagógica para mudar a sociedade atual apresentando e constituindo um ensino que proporcione uma visão crítica e de conhecimento real da sociedade, ou exerce um papel mantenedor de tudo como está com alunos alienados, difusores de ideias prontas.



XVII

Seminário Internacional de Educação no MERCOSUL



www.unicruz.edu.br/mercosul

Historicamente, o ensino de língua materna tem se restringido ao ensino de definições e regras da gramática normativa, na perspectiva de que os alunos "aprendam" a analisar a língua escrita, esquecendo da importância dos alunos estarem habilitados a um bom desempenho linguístico sendo capazes de se expressar verbalmente e interagirem com uma comunicação clara e objetiva.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394/96, a formação do aluno deve ser o elemento principal para aquisição de conhecimentos básicos, a preparação científica e a capacidade de utilizar as diferentes tecnologias relativas às áreas de atuação. Com isso, propõe-se a formação geral, em oposição à formação específica; o desenvolvimento de capacidades de pesquisar, buscar informações, analisá-las e selecioná-las; a capacidade de aprender, criar, formular, ao invés do simples exercício de memorização.

Mais recentemente, com a implantação das Novas Diretrizes Curriculares Nacionais, o ensino de língua portuguesa passa a ser proposto como elemento mediador, a experiência escolar transforma-se em uma vivência que permite ao aluno compreender as diferentes linguagens e usá-las como meios de organização da realidade, nelas constituindo significados, em um processo centrado nas dimensões comunicativas da expressão, da informação e da argumentação. Esse processo exige que o aluno analise, interprete e utilize os recursos expressivos da linguagem, relacionando textos com seus contextos, confrontando opiniões e pontos de vista e respeitando as diferentes manifestações da linguagem utilizada por diversos grupos sociais, em suas esferas de socialização.

Enfim, a educação não pode mais basear-se num caráter informativo, ela deve ser eficiente para que o indivíduo esteja inserido na sociedade de modo a poder participar de suas atividades. Existe a necessidade premente de questionamentos mais amplos, onde a escola seja viabilizada numa educação voltada para as massas. E, o professor deve demonstrar-se interessado com a prática relacionada com o mundo atual. As linguagens devem ser apresentadas aos alunos como algo que pode ser recriado e não como uma disciplina estanque, isolada. Ela precisa ser explorada com dinamicidade e criatividade, a fim de acrescentar subsídios ao crescimento do leitor.



REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Secretaria da Educação Fundamental - Parâmetros Curriculares Nacionais:Língua Portuguesa. BRASÍLIA: MEC/SEF, 1998.

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. Trad. De Moacir Gadoti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GADOTTI, Moacir. Paulo Freire e a educação popular. Revista Trimestral de Debate da FASE disponível em: http://www.fase.org.br/v2/admin/anexos/acervo/1_gadotti.pdf

GERALDI, João Wanderley. (Org.). *O texto em sala de aula*. São Paulo: Ática, 2004.
http://www.linguaportuguesa.ufrn.br/pt_3.3.a.php (medeiros).

HOUAISS, Antônio. *O português no Brasil*. Rio de Janeiro: EBRADF, 1985.

LOPES, Selva Paraguassu. SOUZA, Luzia Silva. EJA: uma educação possível ou mera utopia? <http://www.forumeja.org.br/ac/node/61> acesso em 13/07/2014 às 14:25

KLEIN, Lígia Regina. Fundamentos para uma proposta pedagógica para o município de Campo Largo. Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Campo Largo, 2007.

MARQUES, J.C. Ensinar não é transmitir. Porto Alegre: Globo, 1977.

MENDONÇA, M. Análise Linguística no Ensino Médio: um novo olhar, um outro objeto. In: BUNZEN, Clecio; MENDONÇA, Márcia (orgs.). <http://slideplayer.com.br/slide/3391345/>

SOARES, Magda. Que professores de português queremos formar? *Movimento*, Niterói, n. 3, 2001.

_____. Português na escola: história de uma disciplina curricular. In: BAGNO, Marcos(Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002, p. 155-177.

ORLANDI, Eni. A língua Brasileira. Cienc. Cult. vol.57 no.2 São Paulo Apr./June 2005 *On-line version* ISSN 2317-6660, disponível em:

http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S000967252005000200016&script=sci_arttext

PARANÁ, Secretaria do Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Ensino de Primeiro Grau. Currículo básico para a Escola Pública do Estado do Paraná. 2. ed. Curitiba: 1992.

PESSANHA, Eunize Caldas; DANIEL, Maria Emília Borges; MENEGAZZO, Maria Adélia. A história da disciplina Língua Portuguesa no Brasil através dos manuais didáticos (1870-1950). *Educação em Foco*, Juiz de Fora, v. 8, n. 1/2, 2003/2004.

SILVA, Vanessa Souza da; CYRANKA, Lúcia Furtado de Mendonça. A LÍNGUA PORTUGUESA NA ESCOLA ONTEM E HOJE. *Linhas Críticas*, vol. 15, núm. 29, julho-diciembre, 2009, pp. 271-287, Universidade de Brasília Brasil. Disponível em:

<http://www.redalyc.org/pdf/1935/193514388006.pdf>

<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&ved=0CCwQFjAD&url=http%3A%2F%2Fwww.rededosaber.sp.gov.br%2Fportais%2FPortals%2F18%2Far>



XVII

Seminário Internacional
de Educação no MERCOSUL



www.unicruz.edu.br/mercosul

[quivos%2FProp_LP_COMP_red_md_20_03.pdf&ei=eThVVZ-GBMqayAT1wIHABg&usg=AFQjCNEWT55BkmeIwAv2beIHzCgAC5Q8rA](#)

http://pt.wikisource.org/wiki/Par%C3%A2metros_Curriculares_Nacionais_para_o_Ensino_M%C3%A9dio